

Colonização da fronteira agrícola do Oeste catarinense e a via de crescimento regional

José Carlos Radin

Professor de História da Fronteira Sul e do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFFS, Campus Chapecó.

Introdução

A definição do Acordo Interestadual de Limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, em 1916, impulsionou o processo de apropriação privada da terra no antigo território Contestado ancorado numa via peculiar de assentamento de colonos, destoando do desenho agrário brasileiro. Com base nisso, o incipiente trabalho pretende contextualizar tal processo, dando ênfase ao que decorreu da colonização. A divisão de áreas em lotes agrícolas próprios para o uso familiar, teve como público alvo sobretudo os descendentes de imigrantes dos primeiros assentamentos agrícolas do Rio Grande do Sul e se constituiu em estratégia para facilitar a comercialização das terras por empresários da colonização, processo particularmente intenso até meados do século passado.

Numa fase inicial, a forma de reocupação do território condicionou economia em torno da pequena agricultura, focada em especial na produção da subsistência familiar; por outro, também visava a produção de excedentes destinados ao mercado local ou regional. Gradativamente tal situação fez emergir um conjunto de pequenas atividades econômicas associadas àquela ocupação e exploração do território. A peculiaridade dessa exploração econômica marcou e condicionou a matriz produtiva regional, em particular pelo surgimento da indústria frigorífica, simbólica para evidenciar a expansão capitalista regional. Pode-se dizer que, em grande medida, a pequena agricultura foi um dos pilares estruturantes da emergência de tal indústria – e, a partir de meados do século passado, essa passou a condicionar a pequena propriedade.

A intenção aqui é a de ampliar a compreensão da referida experiência no Oeste Catarinense, em especial dos anos 1930-1940. A motivação também parte das provocações do tempo presente, considerando que a matriz produtiva dessa região é profundamente marcada pela agroindústria, que a partir de meados do século alcançou projeção nacional e internacional. Assim, compreender

melhor esse fenômeno permite não apenas abranger de forma mais adequada o presente, como também auxiliar com a tarefa de pensar ações para esse tempo. Nesse diálogo de tempos, como evidenciou Becker (*apud*, BARROS, 2010, p. 101), “o passado é uma espécie de écran sobre o qual cada geração projeta sua visão do futuro”.

Por fim, cabe destacar que o estudo desse tema está relacionado à Linha de Pesquisa História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Trata-se de temática que ainda carece e merece estudos mais aprofundados.

Objetivo

Busca-se aqui caracterizar o processo de colonização do antigo território Contestado, após o Acordo Interestadual de Limites entre Santa Catarina e Paraná (1916) e da criação dos municípios de Cruzeiro e Joaçaba (1917), em especial as áreas ocupadas por pequenas propriedades agrícolas, bem como evidenciar seus desdobramentos econômicos.

Metodologia e indicação da literatura

Esse estudo parte de uma revisão bibliográfica e prevê o uso de outras fontes, entre as quais os Jornais da região do recorte espacial e temporal em questão, como o “Voz de Chapecó” (Chapecó), “Jornal Cruzeiro” e “A Tribuna” (Joaçaba) e “O Tempo” e “Jornal da Semana” (Concórdia). Também, em fase posterior, a análise de dados estatísticos como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e outros, que permitam evidenciar as decorrências econômicas da colonização. O avanço da pesquisa também vai redefinir a forma de abordagem e as estratégias para dar conta dos objetivos e problematização que motivam essa investigação.

Tem-se consciência de que a história possui grandes limitações no seu ofício de interpretar o passado. Como mostra Nora (1993, p. 9) “a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.” No entanto, esse é o ofício do historiador e, para que o ato de revisitar o passado seja mais frutífero, deve ser feito ancorado nas evidências dos documentos e na sua leitura crítica.

Para esse trabalho nos utilizamos de José de Souza Martins (2009), sobretudo a discussão que faz acerca das diferentes dimensões da fronteira. Também é importante a obra “A ferro e

fogo”, de Warren Dean (1995), em particular para evidenciar como a ação humana interferiu sobre a natureza. Tal aspecto ficou evidente na expansão da colonização no Oeste catarinense, período em que parte da floresta passou, além do extrativismo industrial da madeira, gradativamente, a dar espaço à atividade agrícola. Assim, concomitante à expansão da fronteira agrícola, ocorreu a devastação de parte significativa da floresta.

A coletânea organizada por Paulo Zarth (2012), apresenta vários capítulos que se reportam às “trajetórias camponesas”, constituindo-se em importantes contribuições para a pesquisa. Destacam-se os capítulos que abordam a presença e a atuação dos colonos na região, bem como os ligados às questões da ocupação da terra.

Merecem destaque os estudos de Corazza (2016) que abordam os “traços da formação socioeconômica do Oeste catarinense” e “o modelo de desenvolvimento regional” relacionando-os com a formação das novas agroindústrias familiares. O autor apresenta vários elementos acerca da pequena propriedade implantada com a colonização, evidenciando como a partir desse cenário a região teria sido “incorporada à economia nacional”, mesmo que “de forma tardia”. Os estudos de Corazza, sobretudo quando se reportam à contextualização histórica, estabelecem a relação entre as características desse processo com a via de desenvolvimento capitalista adotada na região. Quando se refere ao período das primeiras décadas da colonização, entende que ela “não se constituía em organização capitalista, [mas que] à medida que se estreitam suas relações com os mercados, essa lógica da agricultura familiar vai sofrendo transformações e se subordinando progressivamente à lógica do capital”. A reflexão proposta pelo autor é particularmente significativa, pois aponta um período de ruptura desse período das primeiras décadas, com as mudanças nas relações econômicas regionais.

Em perspectiva análoga também merece destaque o estudo de Darlan Kroth (2016, p. 129-161), no qual reflete acerca da agroindústria regional. Por mais que o foco do estudo se concentre na verticalização da produção pelas agroindústrias, ou seja, concentra-se na “segunda fase” desse processo, e se atenha mais ao período seguinte ao proposto nesse estudo, também traz elementos que auxiliam a abordagem aqui proposta, sobretudo aqueles que se reportam às características da produção dos agricultores, que passaram a se integrar às agroindústrias.

Resultados parciais

A reocupação de grandes áreas do antigo território Contestado decorrente do processo de colonização se caracterizou pela propagação das pequenas propriedades agrícolas. Ao longo das primeiras décadas a organização do sistema produtivo regional apresentou certo grau de autonomia, em que a produção agrícola possuía foco sobretudo na produção da subsistência familiar. No entanto, essas unidades agrícolas passaram a alimentar uma rede de atividades econômicas que, gradativamente, foram modificando a via de crescimento regional. Dessa rede de pequenas atividades econômicas, entre as quais o comércio atrelado à pequena agricultura, o abate doméstico de animais e o extrativismo da madeira, ocorreu certa formação de capital, permitindo, por exemplo, o investimento no aprimoramento da indústria frigorífica e na de processamento de grãos. Mesmo que em meados do século XX a agroindústria passasse a condicionar cada vez mais a matriz produtiva regional, ela tem uma relação íntima com a agricultura camponesa decorrente da colonização.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 9-22.

CORAZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Orgs.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KROTH, Darlan C. A agroindústria do Oeste Catarinense e o Desenvolvimento Regional sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. In: CORAZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Orgs.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 129-162.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

NORA, Pierre. (Trad. Yara A. Khoury). Entre memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**, PUC-SP, dez. 1993.

ZARTH, Paulo A. (Org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra Viva, Chapecó: UFFS, 2012.